

**LÍNGUA E IDENTIDADE NACIONAL
A CONSTRUÇÃO DE IMAGINÁRIOS
PELAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS**

Thereza Maria Zavarese Soares (UFRJ/CAPES)

INTRODUÇÃO

Compreender a construção da imagem da nação é compreender, ainda que parcialmente, as relações sociais que legitimam e mantêm esse grupo, seu espaço e sua identidade. Portanto, é também compreender as relações de poder que funcionam no interior dessa comunidade para garantir sua legitimidade e continuidade.

Quando a língua é um fator importante para a unidade nacional (assim como para a realização dos projetos da nação, seu reconhecimento e sua influência internacional), não se pode negligenciar a política linguística do Estado, pois ela representa as escolhas, ou seja, os valores que são atribuídos ao papel da língua na sociedade que é gerida por esse Estado.

A estas considerações acrescenta-se um fato histórico importante e exemplar para toda a Europa: o Edito de Villers-Cotterêts que, em 1539, impôs oficialmente, pela força da lei (que, nessa época, era a palavra do monarca), uma língua diferente do latim nos assuntos do Estado, e que desencadeou a formação de uma literatura em francês moderno (que será consolidada no século XVII com a fundação da Academia Francesa em 1635), e, portanto, de uma cultura em francês moderno, ou seja, uma cultura que se constrói pela língua francesa, construindo, por sua vez, uma imagem do “gênio” da língua e da cultura engendrada por ela, que se confunde, sobretudo a partir do século XVIII, com a identidade da nação e que, além disso, deu à palavra *nação* o sentido que ela tem hoje.

Assim, uma pergunta se impõe: uma vez que, segundo Anderson (2008) e Hobsbawm (1990), a língua é um constituinte da imagem da nação, uma condição da nacionalidade e um traço da identidade nacional, como a relação entre língua e nação é discursivamente construída no imaginário francês?

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

Propomos, neste trabalho, uma reflexão sobre tal questão a partir da leitura dos autores acima mencionados e outros como Fumaroli (1994), Hagège (1996), Meschonnic (1997), Hall (2001), Calvet (2007) e Maingueneau (1993), da obra dos quais destacamos os conceitos de *nação*, *imagem discursiva* e *identidade* enquanto instrumentos e resultados de *políticas linguísticas*.

LÍNGUA E NAÇÃO: IMBRICAÇÃO DE CONCEITOS

Na complexidade do conceito de nação, que contém em si vários elementos definidores, como a etnia, a história, a religião e o território, a língua não é apenas um traço, mas, sobretudo, uma força de identificação nacional em diversos países, principalmente na França, berço onde foi sonhada, ou melhor, imaginada uma comunidade laica e soberana. E essa força não se esgota diante da diversidade. Ao contrário, ela torna fascinante e intrigante casos de multilinguismo, como o das línguas regionais no interior da França e os de seus vizinhos – a Suíça e a Bélgica, por exemplo.

Da mesma forma que ela permite pensar a nação, a língua é imaginada pela comunidade nacional, a partir de suas coordenadas. É essa relação entre língua e nação que vai ser explicada nas próximas linhas.

Para Anderson (2008, p. 30-34), a nação, apesar das digressões da história que fazem a singularidade de cada uma, é uma comunidade política imaginada – e imaginada como limitada e soberana. Ela é imaginada como um conjunto cujos membros são os cidadãos. Ela é imaginada como limitada porque tem fronteiras e essas não coincidem jamais com a dimensão da humanidade. A nação se imagina soberana, porque defende sua liberdade. Enfim, a nação é imaginada como uma comunidade, porque é legitimada por um sentimento de fraternidade profundo e horizontal que lhe é atribuída.

Uma vez que ela é imaginada, pode-se dizer que a ideia de nação, que manifesta o pensamento moderno ocidental (Hall, 2001, p. 49), é um produto cultural modular, isto é, que pode ser modelado, adaptado e transformado porque é uma imagem que se torna real no discurso da vida social: “... a nação é uma invenção sem patente, e seria impossível registrá-la” (Anderson, 2008, p. 107). Logo, cada

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

sociedade se apropria dessa invenção de um modo particular e lhe atribui sentidos particulares: “As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da *ideia* de nação tal como representada em sua cultura nacional” (Hall, 2001, p. 49).

Além disso, a ideia de nação foi criada no fim do século XVI-II a partir dos primeiros movimentos pela independência das colônias americanas e da Revolução Francesa, ainda que suas origens remontem aos Estados dinásticos do século XVI e ao capitalismo tipográfico, que irrompeu, nessa mesma época, graças à invenção da imprensa.

É, então, no século XVIII, que a nação torna-se um conceito coletivamente construído pela língua escrita, sobretudo na imprensa e na literatura.

Em certo aspecto, as comunidades sagradas da Antiguidade e da Idade Média podem ser comparadas às comunidades seculares da Modernidade: elas são imaginadas por uma língua e uma escrita. Todavia, as línguas sagradas eram apreendidas por um pequeno grupo de intelectuais, que faziam a mediação entre os fiéis (na maioria, analfabetos) e a verdade ontológica e cosmológica. Por outro lado, as línguas nacionais são línguas vernáculas que servem ao Estado e ao mercado da comunicação de massa, cujo uso constrói os sentidos da cultura nacional, como os valores que estabelecem e definem a consciência e a identidade nacionais – o que fica evidente na manifestação extrema do sentimento nacional: o patriotismo.

Le peuple devient adorateur de sa patrie, sans avoir jamais connu, avant la Révolution, ce mot, et encore moins son sens. Le mot patrie évoque à lui seul l'appropriation de l'État par le peuple, et par là même celle des valeurs démocratiques. Au-delà, il implique aussi un attachement quasi affectif du citoyen à la nation. Le patriotisme devient la nouvelle religion.

[...]

Parler français apparaît alors comme une façon essentielle de se montrer patriote. C'est un gage qu'on donne à la nouvelle France, régérée dans l'égalité et la fraternité. (Hagège, 1996, p. 79-80)

Mas o *amor patriae* [...] não é muito diferente das outras afeições, em que sempre existe um elemento imaginário afetivo. [...] O que os olhos são para quem ama – aqueles olhos comuns e particulares com que ele, ou ela, nasceu – a língua – qualquer que seja a que lhe coube histori-

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

camente como língua materna – é para o patriota. Por meio dessa língua, que se conhece no colo da mãe e que só se perde no túmulo, restauram-se passados, imaginam-se companheirismos, sonham-se futuros. (Anderson, 2008, p. 215)

É interessante observar neste ponto que o domínio da língua é, desde a época da Revolução até hoje, uma condição para que um estrangeiro obtenha a nacionalidade francesa, logo, mais uma vez, a língua legítima a nacionalidade (ou o *ser francês*).

Não há dúvida de que, para a maioria dos jacobinos, um francês que não falasse francês era suspeito e que, na prática, o critério etnolinguístico de nacionalidade era frequentemente aceito.

[...]

A insistência francesa na uniformidade linguística, desde a Revolução, foi realmente marcante e, para a época, era bastante excepcional. [...] Mas o que deve ser notado é que, na teoria, não era o uso nativo da língua francesa que fazia de uma pessoa um francês – e como poderia sê-lo se a própria Revolução gastou tanto tempo provando que poucas pessoas na França realmente dela se utilizavam? – e sim a disposição de adotar a língua francesa junto com outras coisas como as liberdades, as leis e as características comuns ao povo livre da França. Em certo sentido, adotar o francês era uma das condições da plena cidadania francesa (e, portanto, da nacionalidade)... (Hobsbawm, 1990, p. 33-34)

...desde o começo, a nação foi concebida na língua, e não no sangue, e que as pessoas podem ser “convidadas a entrar” na comunidade imaginada. Assim, hoje, mesmo as nações mais isoladas aceitam o princípio da *naturalização* (que palavra magnífica!), por mais que possam dificultá-la na prática. (Anderson, 2008, p. 204)

A obtenção da nacionalidade com base exclusivamente no *jus soli*, ou com base no casamento, e a naturalização podem ser negadas em virtude de certas modalidades de condenação penal, da existência de um processo de expulsão, e também, nos dois últimos casos, por *défaut d'assimilation*, medido sobretudo pelo conhecimento da língua francesa. (Reis, 1999, p. 123)

Assim, aprendemos naturalmente a língua materna (ela é materna porque nascemos no seio dela e porque o corpo simbólico do indivíduo, a identidade, é nutrido por ela). Daí a dificuldade para se aprender uma língua estrangeira, ainda que todas as línguas estejam disponíveis a todos que queiram estudá-las. Vejamos alguns argumentos e testemunhos:

...nota-se o caráter primordial da língua, mesmo as sabidamente modernas. [...] Todas se avultam imperceptivelmente de um passado sem

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

horizonte. (Na medida em que o *homo sapiens* é *homo dicens*, talvez seja difícil imaginar uma origem posterior à própria espécie.) Assim, as línguas se mostram mais enraizadas do que praticamente qualquer outra coisa nas sociedades contemporâneas.

[...]

Toda língua pode ser aprendida, mas esse aprendizado demanda uma parte concreta da vida da pessoa: cada nova conquista é medida pelos dias que vão diminuindo. O que restringe o acesso às outras línguas não é a impermeabilidade delas, e sim a mortalidade do indivíduo. Daí a relativa privacidade de todas as línguas. (Anderson, 2008, 203-207)

Claude Hagège: dans les réunions de caractère international, un grand nombre de participants, dont l'anglais n'est pas l'idiome maternel, s'expriment cependant en anglais, dans un anglais mal dominé ou fautif pour certains, ou mieux dominé et moins fautif pour d'autres, mais jamais parfait, du fait qu'aucun n'est anglophone de naissance. Vous semble-t-il que cette situation soit juste?

Marie-Pierre (co-responsable d'un bureau de conseil en direction d'entreprise): non, elle est parfaitement injuste – par rapport aux anglophones de naissance – parce que personne ne peut avoir, dans une langue qui n'est pas sa langue maternelle, la finesse d'expression, l'humour, la drôlerie, la maîtrise du jeu entre le signifiant, le signifié. À moins d'être naturellement bilingue. De sorte que ceux qui s'expriment en anglais se sentent quelquefois dévalorisés, cela ajoute un stress qui complique la pensée qu'ils ont à exprimer. (Hagège, 1996, p. 160)

Em suas origens, a imagem da nação ganhou contornos geográficos com a invenção das fronteiras pelos cartógrafos (Bauman, 1999, p. 37-42), assim como ganhou contornos temporais com o capitalismo editorial. Logo, o tempo da Modernidade e da nação é caracterizado por uma simultaneidade marcada pela coincidência temporal, medida pelo relógio e pelo calendário (Anderson, 2008, p. 54). É o tempo do jornal e do romance, duas maneiras de criar e compartilhar imagens via palavra escrita, que se desenvolveram durante o século XVIII.

A simultaneidade dos acontecimentos na narrativa do romance é semelhante àquela encontrada todos os dias no relato dos jornais: sabe-se, na narrativa, o que todos os personagens dizem, pensam e fazem, mesmo se eles não estão na presença uns dos outros, porque a onipresença do narrador é a onipresença dos leitores; o mesmo efeito é possível nos jornais graças à data impressa sobre cada página, que faz saber aos leitores, a todos ao mesmo tempo, isto é,

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

no mesmo dia, os fatos que aconteceram, acontecem ou acontecerão no mundo naquele dia, alguns dias antes ou depois.

Portanto, no momento da leitura, compartilham-se sentidos, e a ideia mesma de compartilhar engendra a fraternidade que torna possível imaginar a nação enquanto comunidade. Destarte, a fraternidade nacional se realiza pela língua, sobretudo pela língua escrita, já que é a leitura, ou ainda a imprensa, a literatura e o ensino que modelam uma nação, assim como a própria língua:

Na Europa anterior à imprensa e, claro, em todo o resto do mundo, a diversidade das línguas faladas, aquelas que forneciam a trama e a urdida da vida de seus usuários, era imensa; tão imensa, de fato, que se o capitalismo editorial tivesse tentado explorar cada mercado vernacular em potencial, teria adquirido dimensões minúsculas. [...] Nada serviu melhor para “montar” vernáculos aparentados do que o capitalismo, o qual, dentro dos limites impostos pela gramática e pela sintaxe, criava línguas impressas, reproduzidas mecanicamente, capazes de se disseminar através do mercado. (Anderson, 2008, p. 79)

Il y a ainsi une relation essentielle entre la définition de l'identité d'une langue et l'existence d'une littérature, au sens large, d'un corpus d'énoncés stabilisés, valorisés esthétiquement et reconnus comme fondateurs par une société.

[...] L'Un imaginaire de la langue se soutient de l'existence d'un corpus d'œuvres qui contribuent à lui donner sa cohésion. Les écrivains, loin de venir après, *participent à sa définition*. (Maingueneau, 1993a, p. 102-103)

“Assim, na época anterior à generalização da educação primária não havia, nem poderia haver, nenhuma língua ‘nacional’ falada...” (Hobsbawm, 1990, p. 69). É interessante observar nessa citação que a língua falada, por sua fluidez, não é considerada como um elemento de coesão e, portanto, de fraternidade nacional, diferentemente da língua escrita normatizada.

Com a Revolução Francesa, implementa-se a política de unificação linguística [...].

... fazia-se necessária a difusão mais ou menos generalizada da *língua revolucionária*, e esta função estava reservada, principalmente, ao sistema educacional, já que todo cidadão devia dominar a língua comum, universalizando-se a língua nacional através da educação obrigatória. Com a finalidade de expandir o *bom uso* da língua, surgem gramáticas e dicionários escolares, baseados na língua escrita, modelo de correção linguística e referência do uso oral.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

[...]

Ou seja, a língua nacional serve tanto como quadro de referência para o uso da fala em geral – tornando-se *norma codificada* considerada medida de correção – quanto símbolo de unidade e igualdade dos cidadãos de um Estado particular. (Berenblum, 2003, p. 40-41)

Mas, a propósito da língua francesa, vê-se que, num movimento inverso a esse que constituiu as línguas nacionais (que uniformiza, pela alfabetização, o falar dos cidadãos), o espírito da arte da conversação habita, em princípio, o corpo das palavras e das frases mesmo escritas, assinalando a primazia do oral, embora a escrita freie as mudanças linguísticas resultantes da fluidez da linguagem quotidiana. Assim, no século XVII, é a arte da conversação em sociedade que modela tanto o bem falar como o bem escrever em francês (Fumaroli, 1994, p. 272). E ao fazer da conversação uma arte, a alta sociedade parisiense imprimiu uma marca perene no imaginário francês, fazendo da língua “o gênio tutelar da França” (Meschonnic, 1997, p. 330).

Por outro lado, esse caráter eminente do escrito remonta às origens do capitalismo editorial. Um século e meio depois da invenção da imprensa, o mercado das publicações em latim estava saturado e perdia prestígio após a Reforma. Por conseguinte, as tipografias europeias começaram a publicar livros em línguas vernáculas.

Num sentido bem específico, o livro foi a primeira mercadoria industrial com produção em série ao estilo moderno. [...]

Desse ponto de vista, o jornal é apenas uma “forma extrema” do livro, um livro vendido em escala colossal, mas de popularidade efêmera.

Sendo uma das primeiras formas de empreendimento capitalista, o setor editorial teve de proceder à busca incansável de mercado, como é próprio do capitalismo. [...]

A aliança entre o protestantismo e o capitalismo editorial, explorando edições populares baratas, logo criou novos e vastos públicos leitores – entre eles, de importância nada pequena, comerciantes e mulheres, que geralmente sabiam pouco ou nada de latim –, ao mesmo tempo em que os mobilizava para finalidades político-religiosas. (Anderson, 2008, p. 66-75)

Além disso, os Estados dinásticos de pretensões absolutistas engendraram, nessa mesma época, a difusão de certas línguas vernáculas como instrumentos administrativos de centralização do poder.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

Um exemplo célebre e particularmente interessante para os objetivos deste estudo é o *Edito de Villers-Cotterêts* de 1539.

Or l'ordonnance stipule sèchement que tout doit désormais être rédigé «en langage maternel français et non autrement». [...] C'est en français que désormais l'administration parla et délibéra, en français que désormais furent rédigées les coutumes. (Hagège, 1996, p. 52-53)

No entanto, nesse período, as línguas vernáculas não eram ainda impostas à população como um traço da identidade nacional. Isso só virá a acontecer efetivamente no século XIX, quando o ensino da língua nacional ocupará uma posição estratégica nos assuntos do Estado.

Para finais do século XVIII e inícios do XIX difunde-se a nação como organização sociopolítica sendo o Estado quem exerce a função de manter uma cultura e uma língua comuns, homogêneas. Para a realização desta tarefa, o sistema educacional tem um papel fundamental como reforçador dos usos oficiais da língua nacional e na consolidação dessa cultura comum. Através do sistema nacional de educação, com padrões de alfabetização universais, o sistema educacional, baseado numa língua comum, contribui para a afirmação da identidade nacional. (Berenblum, 2003, p. 26)

Além do mais, no fim do século XVIII, os estudos científicos de gramática e de filologia lançaram luz sobre as línguas, sejam elas clássicas, vernáculas ou ameríndias. E, na sequência desses estudos, vieram as publicações de dicionários monolíngues e bilíngues, assim como de gramáticas que eram utilizadas principalmente no ensino universitário.

... o século XIX, na Europa e na periferia mais próxima, foi a idade de ouro dos lexicógrafos, gramáticos, filólogos e literatos do vernáculo. [...]

E grande parte de sua clientela imediata era composta [...] por estudantes universitários e pré-universitários.

[...]

E não podemos esquecer que, na mesma época, deu-se a vernaculização de uma outra forma de página impressa: a partitura. [...]

Ao mesmo tempo, é claro que todos esses lexicógrafos, filólogos, gramáticos, folcloristas, jornalistas e compositores não desenvolviam as suas atividades no vazio. Afinal, produziam para o mercado editorial, e estavam ligados, por meio desse silencioso bazar, ao público consumidor. Quem eram esses consumidores? No sentido mais geral, eram as famílias das classes leitoras – não apenas o “pai trabalhador”, mas tam-

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

bém a esposa que dispunha de empregada e as crianças em idade escolar.
(Anderson, 2008, p. 112-118)

Anderson (2008, p. 80-81) ainda observa que o caráter fixo da língua escrita, ou ainda impressa, que permite sua reprodução praticamente infinita no tempo e no espaço, permite também pensar a comunidade nacional de seus leitores como uma entidade antiga, que teria existido sempre assim. É o caráter primordial da língua, que se estende à nação e cria a tradição. De mais a mais, a legibilidade inspira menos a exclusão que a solidariedade entre os leitores, já que todas as línguas, apesar da fatalidade de sua diversidade, podem ser aprendidas, porém a condição humana não o permite.

A língua não é um instrumento de exclusão: em princípio, qualquer um pode aprender qualquer língua. Pelo contrário, ela é fundamentalmente inclusiva, limitada apenas pela fatalidade de Babel: ninguém vive o suficiente para aprender *todas* as línguas. O que inventa o nacionalismo é a língua impressa, e não *uma* língua particular em si. (Anderson, 2008, p. 190)

Mas o autor adverte:

É sempre um equívoco tratar as línguas como certos ideólogos nacionalistas as tratam – como emblemas da condição nacional [*nation-ness*], como bandeiras, trajes típicos, danças folclóricas e similares. Basicamente, a coisa mais importante quanto à língua é sua capacidade de gerar comunidades imaginadas, efetivamente construindo *solidariedades particulares*. (Anderson, 2008, p. 189)

Ainda que a língua não deva ser considerada como um emblema nacional, ela é assim considerada frequentemente, seja pelos ideólogos nacionalistas, seja pelos cidadãos menos ou mais patriotas (basta lembrar que a língua é uma condição da nacionalidade francesa).

Portanto, a língua, assim como seu produto cultural – a nação – está sujeita ao contexto sócio-histórico no qual se encontram seus usuários. Sua importância é determinada por isso. Desse modo, ela sempre desempenha um papel relevante na construção da imagem da nação e, por conseguinte, no reconhecimento da condição nacional: “Acima de tudo, a própria ideia de ‘nação’ está agora solidamente alojada em quase todas as línguas impressas; e a condição nacional [*nation-ness*] é praticamente inseparável da consciência política” (Anderson, 2008, p. 191).

Hobsbawm (1990) acrescenta:

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

As línguas nacionais são sempre, portanto, construtos semi-artificiais [...]. São o oposto do que a mitologia nacionalista pretende que sejam – as bases fundamentais da cultura nacional e as matrizes da mentalidade nacional. Frequentemente, essas línguas são tentativas de construir um idioma padronizado através da recombinação de uma multiplicidade de idiomas realmente falados, os quais são, assim, rebaixados a dialetos – e o único problema nessa construção é a escolha do dialeto que será a base da língua homogeneizada e padronizada. [...]

Algumas vezes essa escolha é política ou tem implicações políticas óbvias. [...]

Na verdade, por que a língua deveria ser um critério de vínculo a grupo, com exceção talvez do caso em que a diferenciação de línguas coincida com alguma outra razão para marcar a pessoa como externa, pertencente a outra comunidade? (p. 70-73)

Nas palavras desse historiador, podem-se destacar dois conceitos importantes para esta reflexão sobre as relações entre língua e nação: os conceitos de *política linguística* e de *identidade*.

Enquanto que não se pode escolher a língua materna, a língua nacional é uma escolha dos representantes do Estado. Porém, uma vez escolhida, a língua nacional pode tornar-se a língua materna de toda uma comunidade. Assim, como língua materna, a língua nacional torna-se uma fatalidade cultural, como a nacionalidade: todo mundo tem uma. E como as identidades, as línguas e as nacionalidades são conceitos socioculturais universais que se manifestam e se realizam de modo variável no interior das sociedades.

Portanto, a escolha da língua nacional gera consequências políticas importantes, atuando na produção dos sentidos constitutivos da cultura e da identidade nacional. A língua, assim como a cultura nacional, é uma estrutura de poder que se exerce na esfera simbólica, já que produz os sentidos (ou as imagens) da nação às quais podemos ou não nos identificar (Hall, 2001, p. 51-59).

Finalmente, podemos concluir que os sentidos de língua e de nação coletivamente compartilhados correspondem a *imagens discursivas*, ou seja, construções simbólicas realizadas pelos e nos discursos, que se produzem e circulam nos meios sociais (Charaudeau & Maingueneau, 2004). Essas imagens testemunham o saber e as crenças de uma coletividade como a comunidade nacional.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

ALGUMAS AÇÕES EXEMPLIFICATIVAS DA POLÍTICA LINGUÍSTICA FRANCESA

Principalmente a partir do século XVII, com a fundação da Academia Francesa (1635), a língua desempenha um papel importante nos assuntos nacionais, como, por exemplo, favorecer a hegemonia cultural das elites dirigentes de Paris, ignorando os regionalismos. O “bom uso” preceituado pelos acadêmicos do tempo da fundação dessa instituição, entre os quais se destacam Malherbe e Vaugelas, é aquele dos nobres e letrados da corte, entre os quais se incluem evidentemente o rei e seu séquito, assim como escritores e agentes do Estado. Entre esses últimos, destacam-se os membros da *Chacellerie de France*, que pode ser considerada a predecessora da Academia por seu trabalho de deliberação sobre os usos da língua pela administração real e por sua participação na redação das *Grandes Chroniques de France*. A Chancelaria existe desde os primórdios da monarquia francesa. Ela é constituída por altos funcionários da administração do reino que atuam diretamente junto ao rei. São tesoureiros, oficiais, tabeliães, escrivães e secretários responsáveis por toda a documentação oficial, como cartas, tratados, editos e decretos. No século XIII, sob o reinado de Luís IX, as Crônicas começaram a ser escritas, em francês, a pedido do rei, pelos monges da Abadia de Saint-Denis. Mas entre o final do século XV e meados do século XVI, a Chancelaria continuou o trabalho de escrita das crônicas.

No entanto, é o acadêmico François Charpentier que, em 1676, enfatiza, em sua *Defense de la langue françoise pour l'inscription de l'Arc de triomphe*, a relação entre a língua francesa e o gênio ou o espírito da nação, por ocasião da escolha da língua das inscrições em um arco do triunfo. Sua defesa do francês se apoia na ideia da “universalidade” crescente da língua, que era então adotada em outras cortes europeias, o que permitiria ao mesmo tempo difundir as glórias da França e reforçar a educação da nação e de seus vizinhos pelo exemplo de heroísmo do rei (Luís XIV) e do povo francês.

Tal defesa encontra apoio no fato de que, durante o século XVIII, “o império universal do francês” se estendeu à América e à Ásia por meio das missões jesuítas, às quais se seguiram a ocupação e o comércio de além-mar. Mais tarde, no século XIX, a expansão desse império para a África e outras regiões da Ásia reforçou as am-

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

bições do francês como língua internacional, *status* esse que a França ainda se empenha em manter através da instituição da Francofonia contra a predominância atual do inglês no mundo.

Assim, da língua do rei à língua dos direitos do homem e do cidadão, o francês é um conjunto de imagens que falam e escrevem sobre a nação.

CONCLUSÃO

Para concluir, tomemos as seguintes palavras de Stuart Hall (2001):

... há a narrativa da nação, tal como é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular. Essas fornecem [...] significado e importância à nossa monótona existência, conectando nossas vidas cotidianas com um destino nacional que preexiste a nós e continua existindo após nossa morte. (p. 52)

Enfim, nós somos o que dizemos. Somos os sentidos que fazem o movimento do discurso e que, ao mesmo tempo, são carregados pelo seu curso. É desta matéria simbólica que são feitos os corpos fluidos das imagens das nações e das línguas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização*: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BERENBLUM, Andrea. *A invenção da palavra oficial*: identidade, língua nacional e escola em tempos de globalização. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CALVET, Jean-Louis. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

COELHO, Ricardo Corrêa. *Os franceses*. São Paulo: Contexto, 2008.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

FUMAROLI, Marc. *Trois institutions littéraires*. Paris: Gallimard, 1994.

HAGÈGE, Claude. *Le français, histoire d'un combat*. Paris: Michel Hagège, 1996.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MAINGUENEAU, Dominique. *Le contexte de l'oeuvre littéraire*. Paris: Dunod, 1993a.

———. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1993b.

MESCHONNIC, Henri. *De la langue française*. Essai sur une clarté obscure. Paris: Hachette, 1997.

REIS, Rossana Rocha. Políticas de nacionalidade e políticas de imigração na França. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online], São Paulo, v. 14, n. 39, p. 118-138, fev. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n39/1725.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.